



Identidades em xeque em narrativas contemporâneas

Branca Falabella Fabrício (UFRJ)
Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ)

“Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos.
Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser.”
Michel Foucault (1995:239)

1. Primeiras histórias

“Entro na cozinha, morto de fome, e a musiquinha infame do Jornal Nacional mais uma vez despeja gotas de notícias de um mundo em que tudo passa muito rápido. A tela da TV só faz imitar a vida cotidiana: é isso, é aquilo e mais aquilo. . . Quando olho para o lado, a notícia já passou e a vida também. Mas eis que o narrador anuncia: ‘Rapazes *gays* que estão *casados* e vivem debaixo do mesmo teto entram na justiça nos Estados Unidos para terem o direito de adotar filhos.’ Minha tia-avó não contém seu riso nervoso. Cai num poço; perde o chão. ‘O que é isso, meu Deus?’” (Luiz Paulo da Moita Lopes)

“Trabalhando como professora de inglês em uma turma de 5^a série, preparei um exercício tematizando ‘a moda’, no qual os alunos teriam que relacionar várias peças do vestuário a três colunas distintas: *men*, *women*, *unisex*. O exercício pareceu motivar a turma, que, sob meu comando, trabalhava em conjunto, respondendo em coro. Por instantes, trabalhamos perfeitamente orquestrados: ‘*Skirt?*’, foi minha primeira nota. ‘*Women!*’, entouu a turma. ‘*T-shirt?*’, ‘*Unisex!*’, acorde perfeito. ‘*Suit and tie?*’, ‘*Men!*’, afinação total. De repente, a ilusão de sincronia se desfaz. Uma aluna levanta o braço, dirige-se a mim e me mostra uma matéria sobre moda publicada em uma revista para adolescentes. Várias ilustrações retratam mulheres vestidas com terno e gravata. ‘Terno é *unisex*, professora. Gravata também’, diz a aluna, em harmonia dissonante. ‘É, preciso rever os meus conceitos’, retruco, sem graça, plenamente ciente de minha desafinação bemol.” (Branca Falabella Fabrício)

2. Vida contemporânea e discurso

A reflexão propiciada por essas duas histórias anuncia de imediato o ponto central a ser tematizado neste trabalho: o aspecto cambiante do significado. Se a contemporaneidade nos leva a refletir sobre os sentidos e sua característica de mobilidade, o convite de Foucault reproduzido na epígrafe acima não poderia ser mais apropriado. Como podemos pensar novas formas de sociabilidade para dar conta de uma série de questionamentos que a vida contemporânea está nos colocando, notadamente frente ao que somos ou frente àquilo que estamos nos tornando? Talvez seja essa a tarefa mais importante que os pesquisadores no campo de Estudos da Linguagem devam enfrentar no mundo social contemporâneo: criar inteligibilidade sobre modos de viver a vida social, com base em um arcabouço interdisciplinar que aborde as relações entre discurso e identidades sociais, visando colaborar na compreensão da idéia de “vertigens contemporâneas”, como aquelas apresentadas nas situações relatadas.

Se a crítica que se faz hoje à modernidade pudesse ser reduzida a um tema central, poderíamos dizer que ela se concentra no modo como a subjetividade foi construída de maneira homogênea: um mundo de um sujeito unitário, unidimensional e descorporificado. Essa lógica só é possível ao se pensar a vida social ou nossas identidades sociais descontextualizadamente e ao se ignorar os fios capilares de relações de poder que nos atravessam, em várias direções. Se situarmos os sujeitos em suas práticas discursivas, fica clara a relevância do processo sociohistórico de construção de seus corpos e de sua conduta social. Fica claro também como os sentidos e crenças produzidos em relação a eles comparecem no momento a momento da interação. Agimos discursivamente com base em tais significados, o que nos constitui, ao mesmo tempo, como homens, mulheres, gays, heterossexuais, lésbicas, brancos, negros, pobres ou ricos – etiquetas identitárias que passam a ser valoradas em práticas discursivas ou em comunidades de prática específicas. Entretanto, nas situações contingentes que constroem a vida social no aqui e no agora, as identidades sociais revestidas por efeitos de estaticidade podem ser alteradas, apesar das condicionantes macrosociais.

Este tipo de reflexão mostra que a estabilidade dos conceitos é fruto de sua historicidade, e não de suas propriedades intrínsecas. Essa perspectiva nos faz compreender o modo homogêneo como as pessoas foram construídas nas práticas discursivas da Modernidade, geradora de muitos dos padrões de normatividade que nos orientam até hoje. Aprendemos nesse processo a funcionar com padrões binários, situando em posições de privilégio e em assimetrias sociais os brancos, os homens e os heterossexuais, por exemplo. Da mesma forma, desenvolvemos a ciência de um sujeito único que declarou a inferioridade da diferença. Entretanto, toda essa tradição convive, hoje em dia, com outros modos de pensar a vida social apoiados em maneiras diversas de refletir sobre o sujeito nas Ciências Humanas e Sociais. Assim como mudou o sujeito da psicologia, o sujeito dos campos de estudos da linguagem (e de outras áreas) começou também a ser repensado.

Acompanhando essas novas tendências, deixamos de lado a pesquisa que vê a linguagem como representativa da vida social para abrir espaço a investigações que compreendem a linguagem como constitutiva da vida social, em que os indivíduos passam a ser compreendidos como agindo em práticas discursivas específicas que os constituem em

certas direções de forma situada e contingente. As identidades sociais são colocadas, portanto, no território da multiplicidade, do dinamismo, da fragmentação e da contradição, sendo abordadas em estudos contextualizados. Portanto, a ciência da significância estatística dá lugar à “ciência da insignificância”: o singular e as pequenas histórias passam a ser revestidos de importância. Como comenta Bauman (1992:192), na contemporaneidade “significância e números estão separados. Fenômenos estatisticamente insignificantes podem mostrar ser decisivos”.

Por outro lado, os movimentos sociais de liberação das mulheres, dos negros e dos gays e lésbicas, que nasceram e floresceram no século passado, ao politizarem a vida social e ao questionarem modos cristalizados e antiéticos de desempoderar aqueles historicamente inferiorizados, também têm fornecido contribuição singular para a compreensão das identidades sociais. Ao colocarem no centro o que tradicionalmente era compreendido como estando à margem, isto é, os negros, as mulheres, os gays e lésbicas, tais movimentos sociais têm possibilitado também a desestabilização dos “direitos intrínsecos” de brancos, heterossexuais e homens, mostrando como esses “direitos” foram historicamente construídos. Esses processos sociais têm sua parcela de contribuição para a idéia de vertigem já referida.

Mas talvez seja o desenvolvimento da tecnologia o aspecto que mais contribua para o redemoinho da vida contemporânea. O turbilhão não é de pequeno porte. Muitas das certezas ou dos modos de viver tomados como naturais têm sido questionados cotidianamente pelos avanços tecnológicos. Como aponta Santos (2000), quando a técnica muda, a vida muda. E certamente a tecnologia tem colaborado, de modo singular, na destraditionalização da vida pública e íntima. De repente, a alteridade bate à nossa porta de modo inesperado e assustador. As telas da TV, a comunicação por meio da Internet, os jornais etc. trazem o outro para dentro de nossas casas. E o “outro” pode ser tanto os participantes do grupo gay de nossa cidade como as mulheres envolvidas em práticas de circuncisão feminina em sociedades africanas ou os soldados que atuam na guerra entre israelenses e palestinos. Em minutos, o mundo todo pode passar por nossos olhos, vertiginosamente, não nos dando tempo para articular os discursos e imagens a que somos expostos. “O que é isso, meu Deus?”, pergunta genuinamente a tia-avó. “É um mundo midiático, em ritmo de videoclip”, aventamos uma resposta possível. É neste sentido que “o chão falta” e que somos levados a “rever nossos conceitos”, pois muitas das lógicas naturalizadas são questionadas e outros modos de vida passam a construir novos horizontes de possibilidades. Cotidianamente, os tapetes são retirados de baixo de nossos pés, confrontando-nos com abismos contínuos.

E por que o discurso? Como diz Santos (2000: 74), o discurso passou a ser central na vida contemporânea por que “nada de importante se faz sem discurso”, já que a relevância atribuída à linguagem no decorrer da modernidade fez com que entendêssemos as mudanças na vida contemporânea como inseparáveis de nossa linguagem. Para abordar, portanto, os questionamentos identitários a que somos expostos diariamente, é central estudar as relações entre discurso e práticas identitárias. Nessa visão, está implícita a idéia de que parte da tarefa das Ciências Sociais e Humanas, e sobretudo da área de Estudos da Linguagem, é colaborar na grande reflexão em que estamos imersos no cotidiano e no entendimento das vertigens inesperadas que experimentamos: quem estamos nos tornando

quando nossa lógica é questionada pelo outro e quando nossas identidades estão sendo colocadas em xeque?

3. Representacionismo e Sociostrucionismo

A idéia de vertigem em face da questão identitária na contemporaneidade pode ser relacionada ao mundo dos sentidos e sua irreducibilidade à lógica do mesmo, ou seja, daquilo que nos é familiar. A idéia de abismo advém de nossa compreensão teórica sobre a linguagem, não como solo seguro e firme ou estrutura sólida, mas como espaço labiríntico e movente. Tal aspecto de nossas práticas discursivas fica mais latente quando, ao nos confrontamos com o outro “estrangeiro”, não reconhecemos fronteiras familiares de significados onde nos ancorar. Nesses contextos, critérios cartesianos de racionalidade, causalidade e verdade não costumam dar conta dos mal-entendidos freqüentes que nos causam perplexidade. Entretanto, a crença no poder de discernimento da razão crítica individual, mesmo já não sendo uma ótica hegemônica, ainda parece nortear várias instâncias do pensamento contemporâneo. Acreditamos que essa interpretação está ligada a um entendimento do processo de atribuição de sentido como processo de representação.

Segundo a tradição representacional da linguagem, as palavras representam idéias e coisas de forma precisa, e a criação de inteligibilidade entre as pessoas seria uma questão de nomeação adequada das idéias e das coisas, de transmissão de seus sentidos e de conseqüente processo de decodificação, que deve associar os significados às palavras/idéias que eles representam. Tal suposta correspondência entre objeto e designação configura uma concepção entitativa do significado que se apóia nas seguintes premissas: 1) a realidade é um fenômeno em si, existindo independentemente da nossa linguagem; 2) a linguagem representa a realidade, e a verdade é uma questão de precisão da representação; 3) as palavras têm a propriedade de representar “entidades”; 4) essas “substâncias” têm essências que, capturadas lingüisticamente, garantem a estabilidade e a determinação da significação; e 5) as operações mentais ocorrem sem o concurso das palavras, que só entram em questão quando um indivíduo quer comunicar a outro um pensamento, uma idéia ou estados interiores. Assim, tal abordagem entende a linguagem como meio, cujo papel é intermediar o trânsito entre coisas, idéias e processos mentais intersubjetivos. A noção de representação, por conseguinte, advogando uma tese correspondentista, essencializa a linguagem e imputa-lhe uma tarefa única: a de representar, ou seja, “espelhar” o que é extralingüístico, o real, produzindo sentidos estáveis, cuja imutabilidade garante a factibilidade da comunicação e o reconhecimento do “mesmo”, do que é igual. Concebe, portanto, uma separação radical entre linguagem e realidade. A materialidade da realidade e dos fatos precede a inteligibilidade racional sobre eles, bem como sua nomeação / descrição.

A filosofia da linguagem ordinária de Wittgenstein ([1953]1996) contrapõe ao essencialismo uma crítica contundente, que passou a fazer parte do pensamento lingüístico contemporâneo. Sem abrir mão do conceito de identidade, o filósofo “dessencializa” sua formulação, propondo outra compreensão do modelo objeto–designação. Sob sua ótica, a utilização do critério de identidade (em relação às coisas ou às pessoas), supondo a existência de entidades iguais a si mesmas, diz respeito a uma operação lógica, instauradora

de algum grau de estabilidade para os sentidos, a qual exerce sobre nós uma força coercitiva, pois constitui uma estratégia para lidarmos com o caráter cambiante do significado. O efeito de estabilidade não seria intrínseco às idéias em jogo, mas sim atributo do uso, único responsável por certa constância na significação. Assim sendo, o conceito de identidade funcionaria como um conceito operacional que, subordinando-se a regras de uso que aprendemos a reificar, possibilitaria a criação de sentido entre as pessoas. Não haveria nada de natural nesse modo de conduta, a não ser o fato de que faz parte do nosso processo de socialização a aprendizagem histórica e cultural de seguimento e reificação de regras.

Dessa forma, só faz sentido falar em identidade com relação a uma prática social que determina critérios públicos para decidir o que conta como “o mesmo”, por si só uma trama discursiva. Isto quer dizer que a estabilidade do sentido não se encontra em propriedades autônomas e inerentes aos objetos ou às pessoas, e que não se dá privadamente, em um palco mental individual. Pelo contrário. A estabilidade da significação é fruto de um escrutínio público, fazendo com que eu tenha que recorrer ao outro (pessoa, grupo, teoria, tradição, etc.) para dela me certificar. Por isso, não existe princípio da identidade desvinculado de uma prática coletiva e de determinado contexto social que lhe dê sentido e articule conseqüências convencionalizadas. Por este ângulo, haveria um vínculo indissociável entre linguagem, sociedade, contexto, comportamento e atividades humanas, pois o mundo social é constituído pelo modo como aprendemos a linguagem e a empregamos. Nossas práticas discursivas, então, são constitutivas do mundo social, já que são elas que constituem o seu horizonte.

Filiando-se a essa compreensão do vínculo entre linguagem e mundo social, vários campos de conhecimento na contemporaneidade (Estudos Culturais, Psicologia Social, Linguística Aplicada, Sociologia, etc.) apontam para a natureza socioconstrucionista do discurso, considerando os significados que atribuímos às coisas, às pessoas e a nós mesmos como fabricações sociais. Sob um ângulo não-essencialista, enfatizam a natureza constitutiva, social, dialógica e situada do discurso e das identidades, focalizando o processo de construção de identidade e alteridade no mundo social. Do ponto de vista da construção das identidades sociais, o socioconstrucionismo aponta para nosso contínuo envolvimento no processo de autoconstrução e na construção dos outros, o que implica dizer que, nas práticas discursivas em que estamos situados, tornando o significado compreensível (ou não) para o outro, construímos a outridade ao mesmo tempo em que ela nos constrói. Como seres sociais, estamos sempre em movimento no processo de vir a ser socialmente, não existindo, por conseguinte, a essência que represente o cerne de quem somos. Assim, a aparente homogeneidade das identidades sociais (gênero, raça, sexualidade, classe social, etc.) é operacional. Ser branco, de acordo com essa abordagem, seria um processo contínuo de se posicionar discursivamente como tal frente ao outro e ser ratificado por ele – o que não exclui o fato de a branquitude poder ser construída em outras bases. Por exemplo, o atravessamento identitário de um homem branco pela classe social e pela sexualidade, em práticas discursivas diferentes, o faz ser outro ou outros. Tal entrelaçamento de linguagem e identidade é explicitado no pensamento de Foucault e no de Goffman – teóricos de tradições distintas, que colocaremos em diálogo na próxima seção.

4. Visão discursiva da identidade

Vários estudiosos da linguagem empregam o termo discurso para se referir ao uso da linguagem (na forma escrita ou oral) como forma de prática social. De acordo com esta perspectiva, três processos simultâneos estão em jogo quando utilizamos o discurso: estabelecimento de relações sociais, construção da vida social e criação de identidades sociais. Dentro de tal perspectiva, que enfatiza a natureza discursiva das identidades sociais, dois pesquisadores têm tido grande influência nas Ciências Sociais e Humanas: Michel Foucault e Erving Goffman.

Para Foucault ([1988]2001, 1979, [1975]1977), o discurso configura situações contextuais de maneiras particulares, estabelece regras para o conhecimento, cria sentido para quem somos e regula a conduta social e as relações interpessoais, ao postular padrões de normatividade para a sociedade. Esse tipo de teorização torna-se possível ao formular as noções de poder, saber e sujeito como três eixos imbricados, configuradores de redes de significação e regimes de verdade. É essa compreensão que permite ao pensador francês articular, no desenvolvimento de seu trabalho, uma visão positiva e produtiva de poder, abordando-o como gerador de uma multiplicidade de correlações de força que criam e constituem corpos, valores, atitudes, crenças e subjetividades. Entendidas como práticas discursivas, essas correlações são orientadas / constrangidas / estruturadas por redes interdependentes de regras socioculturalmente constituídas que Foucault chama de ordens do discurso. Elas delimitam quem pode fazer / dizer o quê, para quem, quando e onde, estabelecendo, portanto, normas de produção e interação.

Assim, há uma relação estreita entre nossas práticas discursivas, os regimes de verdade nos quais elas estão inseridas e o processo de construção identitária. Tal tipo de formulação dá conta dos constrangimentos sociais e discursivos que limitam nossas possibilidades de ser em contextos específicos; do processo histórico e cultural de nomeação de identidades e diferenças e de categorização / classificação da experiência; e da produção de sentidos privilegiados e do efeito de estabilidade que eles adquirem no mundo social. Lembra-nos Foucault que esses efeitos não têm nenhum fundamento ontológico, já que são construídos e sustentados historicamente por todos os sujeitos sociais. Estão, por conseguinte, sempre abertos a mudanças e inovações.

Erving Goffman também aborda a linguagem como fenômeno social, mas preocupa-se com o processo interacional e dinâmico de construção de significados. Considera, por essa razão, momentos de comunicação cotidianos em contextos informais ou institucionais como espaços privilegiados de investigação da linguagem “em ação”, ou seja, de seu uso no mundo social. Segundo o autor (Goffman, [1959]1975), quando estamos na presença imediata dos outros, engajamos-nos em um processo de construção discursiva da auto-imagem e de auto-apresentação no espaço público, lançando mão de múltiplos canais semióticos (sinais verbais, não verbais e paralingüísticos). Esse processo é monitorado e interpretado por todos os participantes envolvidos na interação, adquirindo contornos dramáticos (Goffman, 1974), pois é uma performance de si e para uma platéia. Portanto, nossa fabricação identitária é um processo intersubjetivo, dialógico e relacional, pois os efeitos de sentido criados estão sempre submetidos ao olhar do outro, sendo afetados pelo contexto emergente.

Vários autores empregam a metáfora da performance teatral para aludir ao processo de construção de identidades, fazendo ressalvas pertinentes quanto ao uso da referida analogia. Por um lado, ela pode sugerir que os indivíduos são totalmente livres de constrangimentos socioculturais no autogerenciamento da situação social. Por outro lado, o conceito de processo dramaturgico, se tomado ao pé da letra, pode apagar conflitos e tensões que fazem parte da ação social intersubjetiva nos diferentes contextos sociais. Entretanto, ela pode ser utilizada criticamente, se contemplarmos o diálogo entre as ordens institucional e interacional em jogo no processo identitário. Nesse sentido, podemos considerar que Foucault e Goffman desenvolvem pontos de vista complementares, abordando respectivamente os níveis macro e micro envolvidos na interação. Essa aliança pode ser frutífera na abordagem da questão identitária, se entendermos que é a construção coletiva de práticas locais sob contingências macrosociais que, entre outras coisas, torna possível a sustentação ou a transformação das identidades sociais. É nosso juízo que os dois autores mencionados auxiliam, portanto, na compreensão das narrativas presentes em diferentes contextos sociais – na escola e na mídia, por exemplo – e de seu vínculo com a produção de identidades e diferenças.

5. Outras histórias

As histórias que contamos a nosso respeito e a respeito dos outros são uma forma corrente de texto em nossa cultura. Frequentemente, sonhamos em narrativa, ensinamos e aprendemos em narrativa, acreditamos e duvidamos, maldizemos, criticamos, amamos, detestamos e nos entregamos a devaneios em narrativa. Segundo Goffman (1974), narrar é quase uma compulsão, pois os indivíduos passam a maior parte de seu tempo narrando experiências passadas (suas próprias e as dos outros), acontecimentos, opiniões, etc. Contar histórias parece ser, assim, uma forma privilegiada em nossa cultura de projeção de sentido para a experiência humana, encontrando-se inextricavelmente atrelada ao processo de criação de sentidos para a vida social.

É por tal razão que vários autores aproximam o processo de narrativização da experiência do processo de construção de identidade, mostrando sua profunda e inevitável ligação. As narrativas pessoais e autobiográficas são consideradas como verdadeiras performances de identidade que se concretizam na relação dialógica entre o “eu” e os “outros”, pois “contar histórias é uma forma de fazermos coisas uns com os outros” (Moita Lopes, 2001a:63). Bruner (1987) chega mesmo a afirmar que acabamos por nos tornar a nossa narrativa autobiográfica, por meio da qual descrevemos nossa vida. Na mesma linha, Linde (1993) chama a atenção para o papel da memória na construção de quem somos, afirmando que as narrativas formam uma parte integral da coerência geral projetada para nossa história de vida, encontrando-se entrelaçada com nossa própria percepção da existência. A experiência de vida narrativizada teria, então, o potencial de constituir um sentido de identidade, entretecido em nossas histórias.

Os contextos institucionais também são povoados por histórias de experiências de vida e profissionais que são parte integrante de nossa trama identitária. As narrativas construídas na escola e na mídia, por exemplo, certamente colaboram para estruturar a vida social, pois constroem os repertórios de conduta que compõem o imaginário de nossos tempos. Nossos trabalhos de pesquisas mostram que novas histórias institucionais estão em

circulação no cenário contemporâneo. Sua presença aponta para a desestabilização dos sentidos conhecidos, colocando em xeque identidades familiares. No nosso entender, essas narrativas sinalizam como os indivíduos se posicionam frente ao panorama de mudanças de nossa época. Os conceitos de *enquadre* e *alinhamento*, da Sociolinguística Interacional, podem constituir poderoso recurso analítico para se abordar essas práticas discursivas.

Enquadre (Tannen e Wallat, 1987) e alinhamento (Goffman, 1981), além de serem conceitos teóricos, constituem um princípio de segmentação do discurso, referindo-se à pergunta: “como devemos entender o que está sendo dito?”. A definição da situação, entretanto, envolve um complexo sistema de sinalização que transcorre no constante fluxo do contexto. A noção de enquadre refere-se ao que está sendo construído cooperativamente no momento a momento da interação. Já a noção de alinhamento diz respeito ao relacionamento dos participantes com suas atividades em desenvolvimento. Os interlocutores em interação enquadram os eventos ao mesmo tempo em que negociam relações interpessoais (alinhamentos). Assim, alinhamento se refere à atitude do falante, no processo de enquadramento da situação social, frente àquilo que está dizendo (o tópico em construção), a seu próprio posicionamento projetado num dado momento comunicativo, bem como à sua postura em relação a seus interlocutores e ouvintes. Essas noções estão, portanto, intimamente relacionadas, constituindo-se em elementos essenciais para a compreensão do processo de como somos construídos na vida social.

Com base nesse referencial analítico, focalizaremos, a seguir, algumas histórias que compõem o mosaico identitário contemporâneo.

5.1. Histórias educacionais

Talvez as primeiras histórias cotidianas que vêm questionar aquelas do mundo da família sejam as narrativas escolares. Frequentemente, a escola é o primeiro espaço social que possibilita uma exposição a outros mundos ou a outras histórias, diferentes daquelas da família, tendo, portanto, importância singular. Assim, a escola deveria ser o lugar de se aprofundar a compreensão sobre as vertigens contemporâneas e de se ampliar a grande discussão sobre as identidades sociais nas quais estamos envolvidos.

No entanto, nossos estudos na área educacional (Moita Lopes, 2002, 2003; Fabrício, 2002) têm indicado que os currículos escolares que orientam o trabalho nas salas de aula apresentam um mundo social em clara oposição ao modo como a vida fora da sala de aula é levada a efeito. Ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) tenham apresentado teorizações sobre a questão identitária e focalizado compreensões mais alinhadas com a contemporaneidade (ver, nesse sentido, os PCNs de Línguas Estrangeiras), os currículos escolares são ainda muito conservadores como documentos de identidade, apresentando as identidades sociais como homogêneas e essencializadas. Nos trabalhos de pesquisa por nós encaminhados no contexto de sala de aula, ao analisarmos os discursos entre alunos e professores, observamos o desenvolvimento de forças muito conservadoras, passando ao largo das “vertigens” apresentadas pela vida contemporânea. Pela voz do (a) professor (a), do currículo e do material didático, são contadas histórias que não refletem a

heterogeneidade de que somos feitos ou o caráter contingente e fragmentado das identidades sociais.

Na Seqüência 1, abaixo, gerada em uma sala de aula de quinta série de uma escola pública no Rio de Janeiro, a professora está ditando uma tarefa que envolve escrever uma história sobre preconceito social. Vejamos como o A2 (João) e o A4 (Pedro) se engajam no discurso com a professora.

Seqüência 1¹

- P: (...) Relate uma situação/ relate uma situação em que alguém/ em que alguém/ em que alguém/ tenha agido/ tenha agido/ de forma preconceituosa/ repetindo/ relate uma situação/em que alguém tenha agido de forma preconceituosa.//
- A2: Professora,/ a [pergunta] 3,/ pode ser preconceito de qualquer coisa/ homossexualismo?//
- P: () Olha,/ eu espero que vocês façam o relato de uma forma respeitosa./ Se a gente vai desrespeitar,/ pra que que serviu a leitura de 2ª,/ a discussão de hoje,/ pra que que está servindo esta discussão de agora?// Se nós vamos desrespeitar,/ eu vou guardar o meu material e vou embora,/ que a gente tá perdendo tempo aqui.//
- A4: Ah, moleque!// Vai ficar falando sobre isso agora?//

O alinhamento de João é o de quem procura esclarecer uma tarefa que a professora está ditando; no entanto, ela se alinha como alguém que tem que repreender um aluno por ter mencionado um tópico cuja inadequação ao contexto escolar deveria ser conhecida. O alinhamento de Pedro caminha na mesma direção do da professora, uma vez que ele parece perceber que isso não é assunto para a sala de aula. Ou seja, há tópicos que a professora valida para as histórias a serem contadas pelos alunos, enquanto outros não são legitimados. Poderíamos dizer que a professora se vê diante de um abismo – frente à possibilidade de ter que ratificar como tópico a homossexualidade – por não saber lidar com o tema em sala de aula. As implicações para a construção discursiva da identidade social de sexualidade neste contexto são claras, uma vez que no alinhamento de autoridade da professora se configura a interdição do discurso de João, de uma história possível ou de uma forma de sexualidade.

Contudo, nossa pesquisa também evidencia um grande repensar sobre a vida social, que convive ao lado de práticas conservadoras como a analisada acima. A cena de sala de aula na Seqüência 2, por exemplo, ilustra um movimento de desestabilização da noção de feminilidade hegemônica, promovida por alunos de quinta série durante uma aula de História. A professora (P) pediu que a turma confeccionasse uma pirâmide social, selecionando livremente os representantes da sociedade que nela configurariam, bem como o critério de organização dos mesmos na pirâmide. Os alunos trabalham em grupo e um grupo de meninos constrói um cartaz diferente dos demais, no qual só figuram mulheres.

¹ Os dados presentes na Seqüência 1 foram gerados em 1997, a partir de gravações realizadas em uma turma de 5ª série de uma escola da rede pública do Rio de Janeiro. Para fins de transcrição, barras simples (/) indicam pausa breve, barras duplas (//) indicam pausa mais longa, um colchete ([]) marca sobreposição de falas e colchetes ([]) delimitam comentários explicativos do pesquisador. Os nomes dos participantes envolvidos nas Seqüências 1 - 4 foram alterados, a fim de preservar a identidade dos atores sociais.

Dois representantes desse grupo, A1 (Renan) e A2 (Luiz Thiago), apresentam o trabalho para a turma (As):

Seqüência 2²

- A1: O texto é // o título é // *Agora é que são elas* porque // porque as mulheres
 [
- As: risos
 agora estão // subindo de produção e (vemos) aqui a mulher bela aqui aí // as
 mulheres agora estão trabalhando também / em grande número.
- P: Você falou que as mulheres hoje têm mais direitos, vocês botaram em segundo
 lugar outras mulheres. Os homens não entram ali?
- A1: Tem homem não, tem homem não.
- P: [
- Só mulheres? Então é uma sociedade montada em cima de
 mulheres?
- A1: É.
- P: Por que que tem só mulheres?
- A1: Por causa que as mulheres é / ué //
- As: [falam ao mesmo tempo]
- A1: Chega lá Luiz!
 [Luiz se dirige ao tablado]
- P: Vai Luiz, explica aí pra gente.
- A2: As mulheres // não porque pra mim as mulheres são mais responsáveis, é são
 mais organizadas sobre // que elas valorizam mais as coisas que estão em volta
 né? pra mim elas tão evoluindo em termos de trabalho, e tá surgindo mais //
- As: [aplausos]

O alinhamento do aluno Renan é de seriedade e concentração. Entretanto, a turma, a princípio, reage com risos à proposta do grupo, sinalizando um alinhamento de estranhamento. A própria professora se posiciona como questionadora, evidenciando o quanto a proposta dos alunos põe em xeque os padrões de normalidade. Renan pede o auxílio do colega Luiz. O menino, ao refinar a argumentação, provoca um realinhamento da turma, que termina por aplaudir a subversão proposta pelo grupo.

Devemos dizer que a temática da sexualidade que vem à tona na Seqüência 1, diferentemente da do gênero, expressa na Seqüência 2, apesar do grande interesse que desperta em todas as fases da vida humana e de ser constantemente topicalizada no cotidiano fora do território educacional e nas conversas privadas entre os alunos, é mais difícil de ser tratada no contexto escolar pelos professores, por envolver ainda uma série de tabus que, embora estejam sendo questionados no dia-a-dia, não foram ainda adequada e suficientemente focalizados nos cursos de formação de professores. As vertigens causadas pelas histórias de gênero são mais facilmente digeríveis no discurso da sala de aula.

² Os dados presentes na Seqüência 2 foram gerados em 2003, a partir de gravações realizadas em uma turma de 5ª série de uma escola da rede pública do Rio de Janeiro.

Entretanto, além dos muros da escola, nossos estudos encaminhados em um outro contexto institucional, o da mídia, mostram que as identidades sociais “fixadas” de sexualidade, assim como as de gênero, estão sendo desafiadas na contemporaneidade.

5.2 Histórias Midiáticas

Devido à força que a mídia passou a ter na contemporaneidade, ela é, sem dúvida, o lugar principal de construção de novos regimes de verdade sobre quem somos ou sobre quem estamos nos tornando. A televisão, principalmente, apresenta parte significativa dos intertextos com que a maioria das pessoas dialoga na vida diária no trabalho, na escola e na família. Em geral, as pessoas se acostumaram a ver a vida passar na telinha e, de alguma forma, muitas delas convivem com a idéia de que a TV pauta os discursos que regem suas vidas. É nesse sentido que a TV se constitui no meio principal de letramento contemporâneo.

Como dito anteriormente, a mídia é o lugar em que as vertigens identitárias se fazem mais palpáveis e mais acessíveis, ao trazer a alteridade para mais perto de nós no chamado mundo globalizado. Enquanto, em um passado não muito distante, era preciso viajar para encontrar a diferença ou o que é diferente de nós mesmos, nos desestabilizando e nos fazendo perguntar quem nós somos, esse processo hoje em dia adentrou nossa casa pelos meios de comunicação de massa e nos faz repensar quem somos e quem é o outro nos discursos que a mídia faz circular. Tais discursos tornam possíveis outras experiências identitárias que diretamente influenciam nossa construção discursiva ou, pelo menos, tornam possível compreender outras formas de sociabilidade. Esses processos nos possibilitam, em princípio, soltar as amarras que nos prendiam à vida local – do mundo da família, da igreja, do trabalho – e nos colocam rapidamente diante de outros modos de viver a vida social que podem apresentar alternativas não contempladas dentro dos limites em que vivíamos localmente.

Além disso, muitos discursos antes típicos do domínio da vida íntima e privada (notadamente aqueles que se referem à sexualidade), e que não vislumbravam a heterogeneidade de que somos feitos, são agora colocados em público na mídia contemporânea. Embora tais discursos muitas vezes tenham rompido as fronteiras entre o público e o privado, sua veiculação na mídia, além de aumentar o sentido de vertigem da contemporaneidade, tem, por outro lado, colaborado também para tornar visível a fragmentação e a diversidade de nossas vidas. No nosso entender, tal processo ajuda na compreensão da diferença dentro de nós mesmos, ao possibilitar nossa construção identitária em outras bases. É claro que, muitas vezes, a mídia utiliza técnicas sensacionalistas, que de modo algum ajudam a enfrentar a diferença como parte de nossas próprias práticas sociais.

Há ainda um espaço de experimentação de identidades sociais, possibilitado pela mídia em nossos dias, que não podemos deixar de comentar. As salas de bate-papo da Internet permitem que sejamos construídos de formas diferentes, ao assumirmos identidades sociais variadas. Ao mesmo tempo em que tal envolvimento midiático torna

possível viver sob a pele de outros, diferentes de nós mesmos, trazendo à tona a natureza contingente dos discursos que nos fabricam, é também um meio de poder experimentar modos de ser não legitimados nas práticas sociais em que atuamos. Neste sentido, a Internet é um lugar de liberdade em que se pode vivenciar discursivamente a alteridade. O destino identitário é, portanto, questionado na prática social: você é quem você quiser se os discursos em que você se situa o permitem. Isso quer dizer que você pode se construir em outros discursos, diferentes daqueles traçados ou disponíveis para você até então. De algum modo, podemos dizer que é possível brincar de “Deus”, vivenciando o papel do “Criador”.

Entre as vertigens contemporâneas que a mídia tem continuamente focalizado estão aquelas referentes ao gênero masculino. Os títulos das histórias contadas no contexto jornalístico revelam claramente as fraturas que certas construções discursivas, emergentes no mundo atual, provocam na compreensão do conceito de masculinidade hegemônica: “A sociedade masculina já era” (Revista TPM, maio/2001); “A crise do macho” (entrevista, Veja, 13/4/2000); “A banalização do macho” (O Globo, 30/6/2001); “O homem frágil” (O Globo, 15/4/2001); e “E agora, meninos?” (Revista Folha, 4/7/1999). A masculinidade passa a ser entendida como múltipla e plural; portanto, estamos diante de masculinidades. Em outras palavras, não existe a essência do que é ser homem, assim como não existe fundamento de nenhuma outra identidade social. A masculinidade hegemônica é compreendida como um tipo de masculinidade e, na verdade, como uma comunidade imaginada, da mesma forma que o conceito de nacionalidade.

A matéria publicada em um jornal de ampla circulação no Brasil, transcrita abaixo, não deixa dúvidas quanto ao questionamento da existência de um modo essencializado de ser homem e colabora na construção de sentido de vertigem experienciado na atualidade. A narrativa focaliza homens heterossexuais que podem ser confundidos com gays, e é assinada por uma jornalista, Cássia Maria Rodrigues, correspondente do jornal em Londres.

Metrossexual, o novo homem das metrópoles: Heterossexuais vaidosos que parecem gays confundem as mulheres e atraem a indústria da moda e de cosméticos.
(O Globo, 13/7/2003, p. 46)

O título e o subtítulo da matéria preparam o leitor para revisitar suas expectativas em relação à masculinidade, uma vez que a jornalista já delinea aí o enquadre que deve orientar os significados a serem projetados no texto pelo leitor: há vários tipos de homens, e as marcas que entendíamos como claras dos homens já não se sustentam. Por conseguinte, homens contemporâneos podem alinhar-se com o chamado “universo feminino”. O desenvolvimento do artigo nos leva a entender que o “metrossexual” configuraria mais um dos abismos sobre os quais estamos permanentemente nos debruçando no mundo atual. A última das certezas que nos guiava nos abandona, parece querer dizer a jornalista, já que até o sentido de masculinidade nos escapa. Nesse pequeno texto, são evidentes ainda o diálogo estabelecido entre contextos sociais distantes (Inglaterra e Brasil) e a construção essencializada dos gays (gostam de moda e cosméticos) e das mulheres (todas as mulheres são sempre heterossexuais), em contraste com a construção múltipla e heterogênea da masculinidade heterossexual.

6. Mundo em descontrolo?

O título de um dos livros de Giddens (2000), *Mundo em descontrolo*, nos vem à mente aqui. Queremos finalizar questionando o porquê de o mundo ser entendido como estando em descontrolo e, na verdade, desconstruir o próprio sentido de vertigem com que parecemos nos deparar na contemporaneidade. Tais conceitos são, de fato, uma construção gerada por uma ótica moderna que operava e opera caucionada por uma lógica representacionista da linguagem. As pressuposições norteadoras desse tipo de abordagem entendem o significado como sendo estável e seguro e como representando atores, fatos e entidades do mundo. Concebem, ao mesmo tempo, um modo único e adequado de vida social, apagando as diferenças, fragmentações, contradições, inerentes às práticas discursivas constitutivas da sociedade. Tal ótica ainda orienta grande parte da produção do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais, o que só é possível devido à compreensão do sujeito de um modo descontextualizado e insensível à situacionalidade sociohistórica que o faz ser quem é.

Assim, só podemos conceber um mundo sob controle se balizarmos nossas compreensões do significado e da vida social por parâmetros unidimensionais, homogêneos e unitários, à custa da não-percepção da heterogeneidade e da diferença. Se, no entanto, entendermos a linguagem como o lugar da imprevisibilidade, da indeterminação e dos efeitos de poder que nos constrói de várias formas, as idéias de descontrolo, de incerteza e de insegurança não ganharão relevo. Se somos quem somos nos discursos em que circulamos, o ideal de segurança e estabilidade que costuma pautar nossas próprias identidades sociais (gênero, sexualidade, raça, por exemplo) não tem mais sentido. São construções sociais cuja validade é contingencial e definida pelas regras que subjazem aos jogos da linguagem em que atuamos.

Como entender a vida social e a natureza constitutiva do discurso no mundo contemporâneo sob esse novo ângulo parece ser uma tarefa importante para a área de Estudos da Linguagem, como indicamos acima. Isso possibilita colaborar na compreensão das ações com que nos defrontamos na vida prática de modo a dar resposta aos desafios presentes no dia-a-dia, tais como aqueles evidenciados nas “vertigens” identitárias que experimentamos. Desse modo, o mundo não está em descontrolo. O mundo é descontrolo; é puro movimento, não podendo ser fixado. As mudanças de natureza cultural, social, política e tecnológica que temos vivido nos últimos anos têm acelerado esse sentido de “desgoverno” e têm feito com que chegue mais perto de nossa vida cotidiana, questionando as lógicas sob as quais agíamos. Cabe a nós construirmos outros modos de viver a vida social ou outros discursos sobre quem somos para lidar com esse efeito de “vertigem” de maneira mais ética, gerando práticas sociais menos aprisionadoras e paralisadoras para nós mesmos e para os outros que nos circundam. Retornando à afirmação presente na epígrafe: como podemos “imaginar e construir o que poderíamos ser”? A compreensão, propiciada por Foucault e Goffman, de como as narrativas contemporâneas constroem efeitos de sentido no mundo atual pode colaborar nesse projeto identitário.

Referências

- ANDERSON, B. (1991). *Imagined Communities*. Londres: Verso.
- BARBOSA FILHO, B. (1973). Notas sobre o conceito de jogo-linguagem nas “Investigações” de Wittgenstein. *ITA – Humanidades*. n. 9, p. 75-104.
- BASTOS, L. C. (1994). A interação na empresa: uma atividade representacional. *Boletim Alab*, 3 (4), p. 9-17.
- _____; OLIVEIRA, M. C. L. P. (2001). Saúde, doença e burocracia: pessoas e dramas no atendimento de um seguro de saúde. In: RIBEIRO, B. *et al.* (Org.) *Narrativa, Identidade e Clínica*. Rio de Janeiro: Ed. IPUB–CUCA.
- BAUMAN, Z. (1992). *Intimations of Postmodernity*. Londres: Routledge.
- BRUNER, J. (1987). Life as narrative. *Social research* n. 54, p.11-32.
- CAVEL, S. (1996). Notes and afterthoughts on the opening of Wittgenstein’s investigations. In: SLUGA & STERN (Orgs.). *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- FABRÍCIO, B.F. (2002). *Implementação de mudanças no contexto educacional: discursos, identidades e narrativas em ação*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras da PUC-Rio). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- FOUCAULT, M. ([1988] 2001). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. ([1975] 1977). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (1995). O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GIDDENS, A. (2000). *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record.
- GOFFMAN, E. (1981). Footing. In: *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- _____. ([1959]1975). *The presentation of self in everyday life*. London: Penguin.
- _____. (1974). *Frame analysis*. New York: Harper & Row.
- HENRIQUES, J.; HOLLWAY, W.; URWIN, C. VENN, C. & WALKERDINE, V. *Changing the Subject. Psychology, Social Relations and Subjectivity*. Londres: Methuen.
- IVANIC, R. (1998). *Writing and Identity: the discursal construction of identity in academic writing*. Amsterdam: John Benjamins.
- LINDE, C. (1997). Narrative: experience, memory, folklore. *Journal of Narrative and Life History* 7 (1-4), p. 281-289.
- _____. (1993). *Life stories. The creation of coherence*. New York: Oxford University Press.
- MARCONDES, D. (1997). *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- MARTINS, H. (2000). Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein. *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*, 4 (2) p. 19-42. Juiz de Fora: Editora UFJF.

- MISHLER, E. (1999). *Storylines. Craftartists' narratives of identity*. Cambridge: Harvard University Press.
- MOITA LOPES, L. P. (org. – 2003). *Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- _____ (2002). *Identidades Fragmentadas*. Campinas: Mercado de Letras.
- _____ (2001a). Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B.; LIMA, C.; DANTAS, M. T. (Org.). *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: Ed. IPUB-CUCA.
- _____ (2001b). Discurso, corpo e identidade: masculinidade hegemônica como comunidade imaginada na escola. *Gragoatá.*, n. 11, p. 207-226.
- PINTO, D. (2001). As estórias de Larissa: O processo de construção da referência e as múltiplas “projeções do eu” em narrativas em uma entrevista psiquiátrica. In: RIBEIRO, B.; LIMA, C.; DANTAS, M. T. (Org.). *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: Ed. IPUB-CUCA.
- RIBEIRO, B. T. (2001). Porque ouvir estórias na entrevista psiquiátrica? De quem e do que estamos falando. In: RIBEIRO, B.; LIMA, C.; DANTAS, M. T. (Org.). *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: Ed. IPUB-CUCA.
- SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- SARANGI, S. (1998). Rethinking recontextualization in professional discourse studies. *Text* 18 (2), p. 301-318.
- SCHIFFRIN, D. (1996). Narrative as self-portrait: sociolinguistic constructions of identity. *Language and Society Processes* 25 (2), p.167-203.
- TANNEN, D.; WALLAT, C. (1987). Interactive frames and knowledge schemas in interaction. In: TANNEN, D. *Framing in discourse*. New York: Oxford University Press.
- WENGER, E. (1998). *Communities of practice: Learning, meaning, and identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WITTGENSTEIN, L. ([1953]1996). *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes.